

# TRANSPOSIÇÃO

## ÁGUAS DA ILUSÃO

Incapaz de solucionar problemas sociais da seca, projeto do Governo Federal de transpor as águas do São Francisco deve gastar bilhões sem levar água para quem precisa

# Índice

## Página 5

O que é o projeto de transposição?

## Página 6

Uma trajetória centenária com um desfecho desastroso

## Página 8

Governo promete vida nova às pessoas por meio de uma água que não pode tecnicamente chegar à população dispersa do semi-árido



FOTO: JOÃO ZINCLAR

## Página 10

O semi-árido para além da aparente ausência de água

## Página 12

As respostas para a convivência são dadas pela própria natureza



FOTO: JOÃO ZINCLAR

## Página 14

Há anos, a falta de água no Nordeste alimenta a indústria da seca

## Página 16

De discursos emocionais a histórias em quadrinhos: a construção da promessa impossível

## Página 17

A mecanização dos rios é mais um capítulo da incoerência

## Página 18

Encaminhamentos dados aos questionamentos jurídicos mostram disposição do Governo em fazer a obra a qualquer custo e apesar das leis

## Página 20

A revitalização do São Francisco como barganha



FOTO: JOÃO ZINCLAR



## EXPEDIENTE

### INFORMATIVO DA CARAVANA SÃO FRANCISCO

#### COORDENAÇÃO PROJETO MANUELZÃO

Apolo Heringer Lisboa (apolohl@medicina.ufmg.br)

#### EDIÇÃO

Carolina Silveira (Mtb 0011162 DRT/MG)

Sílvia Araújo (MGO9785jp)

#### REDAÇÃO

Humberto Santos, Livia Aguiar, Lygia Santos, Mariana Garcia, Matheus Jasper, Regina Barbosa, Tereza Rodrigues, Vanessa Veiga e Victor Guimarães - estudantes de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Patrícia De Michelis

FOTO DA CAPA: João Zinclar

TIRAGEM: 50.000 exemplares | GRÁFICA: Fumarc

É permitida a reprodução de matérias e artigos, desde que citados a fonte.

#### PROJETO MANUELZÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Medicina da UFMG. Av. Alfredo Balena, 190. 10º andar - sl. 10.012. Sta Efigênia. Belo Horizonte/MG. Brasil | CEP:30130-100 | Tel: (31) 3248-9818. www.manuelzao.ufmg.br / manuelzao@manuelzao.ufmg.br



# Carta ao leitor

## Campanhas oficiais prometem o impossível: resolver os problemas da seca com a transposição

É desconfortável a tarefa de condenar a transposição do rio São Francisco. Não por falta de argumentos. Ao contrário, transbordam razões para se considerar esta obra absurda. Existem alternativas mais simples, eficientes e baratas que realmente conseguem distribuir a água para a população dispersa do semi-árido.

Mas precisamos lidar com a acusação de que ser contra a obra é ser contra aqueles que sofrem com a falta de água, já que o Governo Federal constrói a ilusão de que irá com esta obra levar água para o povo pobre que passa sede. O que tentamos impedir é a aplicação de grandes recursos financeiros num projeto que faz uso político do sofrimento de um povo sem oferecer solução efetiva. É preciso levar a água sim, com urgência e de maneira permanente. Só que a transposição não é uma solução adequada dos pontos de vista econômico, técnico, social e ambiental.

Enquanto isto, nas ilustradas cartilhas do Governo a promessa é de terra, emprego e muito desenvolvimento com a chegada da água pela transposição. Mas para que a obra, se acabada, possa um dia funcionar, mais bilhões terão que sair dos cofres dos governos dos estados. Dinheiro que poderia ser aplicado em políticas públicas, voltadas para a melhoria da vida do sertanejo, que, claro, precisa muito mais do que água para viver com dignidade. Pois – seja lá qual for o método de captação e transporte – a água sozinha não leva justiça social. Se assim fosse não veríamos pobreza na beira de grandes rios, como o São Francisco e o Jequitinhonha.

Sinceramente, não é nada agradável ter que provar que um milagre não existe. Esta proposta bilionária

não vai solucionar os problemas da seca. E é especialmente por este motivo que nos mobilizamos. Para impedir que o povo nordestino seja mais uma vez enganado. E para exigir soluções reais para os problemas da região semi-árida do Brasil.

Fomos a várias audiências públicas, reunimos relatórios técnicos, dossiês, fizemos protestos, pedimos uma explicação. Nenhum esclarecimento foi dado além da repetição cínica da suposta intenção de levar “um caneco d’água” ao irmãozinho nordestino.

Mas se o discurso da chantagem emocional continua a falar em nome dos flagelados da seca, o discurso

da obra pela obra. Certamente existem motivos para se realizar a transposição. De campanha eleitoral a desvio de recursos muita coisa pode ser imaginada. A única certeza é de que a obra não vai solucionar o problema social da seca.

Mas então não há solução? Nada disso. Muitas repostas para o problema já existem sim. Mas é preciso respeito à particularidade de cada lugar, é preciso saber onde é necessário um açude, onde uma cisterna resolve ou onde se pode furar um poço ou recolher, por meio de canais, água de um rio próximo. Sem esquecer que a principal fonte de água são as chuvas.

Foto: João Zucular



*Pobreza nas margens do São Francisco mostra que somente água não leva desenvolvimento*

técnico do próprio Governo Federal assume que a água não chegará à população dispersa. O Governo afirma que 26% da água irá para o abastecimento das cidades, onde já tem água ou os problemas poderiam ser resolvidos com soluções mais simples.

As informações oficiais também mencionam uma ajuda ao agronegócio (cerca de 70%). Só que esta água, superfaturada depois de transposta, ficaria muito cara, inviável para a irrigação. Sobra apenas o argumento

A média de precipitação no semi-árido é de 700 milímetros ao ano. O problema é que essas chuvas se concentram em dois ou três meses. Esta é a questão a ser solucionada. No entanto, e infelizmente, o Governo resolveu seguir o exemplo dos militares: construir uma única e grande obra, que provavelmente nunca ficará pronta, como a Transamazônica. E que se for terminada, não vai funcionar ou resolver o problema para o qual será erguida. ☮

# De quem são os argumentos contrários

Entenda quem são aqueles que têm questionado o projeto de transposição do Governo Federal

Os adjetivos para desqualificar os que questionam o projeto de transposição do rio São Francisco vão de “desinformados”, “equivocados” a “egoístas”. E são pronunciados por representantes do mais alto escalão do Governo Federal. Mas o que mais surpreende nesses episódios são os destinatários das qualificações: pesquisadores renomados, entidades de classe, organismos internacionais e aqueles

que convivem dia a dia com a realidade do São Francisco e do próprio semi-árido nordestino. O Governo afirma ter dado ampla oportunidade ao diálogo, o que torna contraditório o fato de ainda assim haver tamanha resistência ao projeto. Seriam os argumentos contrários “emocionais”, como qualifica o Governo, ou resultados de profundo conhecimento da realidade em questão?

**Banco Mundial:** Uma das análises negativas ao projeto foi feita pelo principal organismo de crédito para projetos voltados ao desenvolvimento econômico e à redução da pobreza do mundo. Em parecer confidencial disponibilizado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco em seu site, o Banco Mundial aponta que o “projeto tem uma orientação comercial” e que a “experiência internacional sugere que a ligação com os pobres pode estar fraca”. Outra constatação é que “suprimentos seguros de água para uso doméstico para todo o Nordeste poderia ser garantido através de alternativas por uma fração do custo do projeto proposto”. A instituição se negou a financiar a obra.

**Consea:** Conselho Nacional de Segurança Alimentar, órgão consultivo que assessorava o Presidente da República na formulação de políticas na área da alimentação e nutrição. Acredita que o projeto é dirigido ao agrobusiness e não busca o desenvolvimento sustentável do semi-árido.

**Povos indígenas:** Povos indígenas ribeirinhos de Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Bahia, como a Tribo Truká, localizada próxima ao ponto de captação das águas em Cabrobó, e os Tumbalalá têm participado de manifestações contrárias. A intervenção em áreas indígenas depende de aprovação do Congresso.

**Projeto Manuelzão:** Projeto da Universidade Federal de Minas Gerais que trabalha pela revitalização do Rio das Velhas, afluente do São Francisco. Defende que sejam dadas alternativas verdadeiras à população do semi-árido e acusa o Governo de não ter um real projeto de revitalização.

**Comissão Pastoral da Terra:** A CPT é um grupo ligado à Igreja Católica que desenvolve trabalhos junto a comunidades que vivem diretamente da terra e das águas. A Comissão tem feito várias críticas ao projeto, em favor do São Francisco e da população do semi-árido.

**OAB:** A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) declarou considerar a transposição um projeto inconstitucional. A OAB de Sergipe entrou com uma Ação contra o projeto no Supremo Tribunal Federal.

**Movimentos sociais contrários:** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Movimento Estadual dos Trabalhadores Assentados Acampados e Quilombolas da Bahia, Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), Pastoral dos Reassentados, Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), dentre outros.

**ASA:** Articulação no Semi-Árido Brasileiro é um fórum de mais de 700 organizações da sociedade civil, que luta pelo desenvolvimento social, econômico, político e cultural do semi-árido brasileiro. Defende que há soluções mais simples e eficientes para resolver os problemas decorrentes da má gestão das águas. Tem participação de pesquisadores e pastorais da Igreja Católica.

**Pesquisadores:** João Abner, professor do Departamento de Hidrologia e Irrigação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, João Suassuna, um dos maiores especialistas em hidrologia do semi-árido do país e pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco, em Recife e Aldo Rebouças, do Instituto de Estudos Avançados da USP e especialista em água doce, dentre outros pesquisadores, criticam os aspectos técnicos da obra.

**Sociedade Brasileira de Limnologia:** A Limnologia é uma ciência que estuda a ecologia das águas interiores. Em 2005, a Sociedade encaminhou um manifesto ao então Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, solicitando maiores esclarecimentos sobre as divergências em torno do projeto e apontando a insuficiência da base de dados apresentada.



# Transposição do São Francisco

Governo insiste na obra, apesar dos questionamentos técnicos, jurídicos e sociais ao projeto

Assegurar água para 12 milhões de brasileiros que vivem no semi-árido setentrional brasileiro. É o que o Governo Federal anuncia que pretende fazer levando as águas do São Francisco para rios situados nos estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba e Pernambuco. O Governo chama de Projeto de Integração da bacia do São Francisco às Bacias do Nordeste Setentrional (PISF), mas a proposta ficou conhecida pelo nome original: projeto de transposição.

Serão 720 quilômetros de canais artificiais em concreto armado nos dois eixos principais do projeto, segundo o Relatório de Impacto Ambiental da obra. Mas no total serão mais de dois mil km de canais incluindo o uso de leitos secos. A água será captada em Pernambuco, em dois pontos: um em Cabrobró, o Eixo Norte, e outro em Itaparica, o Eixo Leste. Essas águas precisarão ser continuamente bombeadas do São Francisco com elevado gasto energético.

O Governo afirma que serão gastos em torno de 4,5 bilhões de reais nas obras, mas já solicitou no orçamento do Programa de Aceleração Econômica (PAC) 6,6 bilhões de reais. O Ministério da Integração Nacional, gestor do projeto, garante que as obras do Eixo Leste estarão prontas até 2010, independente dos movimentos contrários a ela.

## As motivações

Segundo especialistas, não falta água no Nordeste e sim gestão. Assim, em função das incoerências do projeto e de todos os impactos que envolve, pesquisadores afirmam que a transposição irá apenas alimentar a “indústria da seca”.

Os apelos, protestos, pesquisas e

## QUESTIONAMENTOS E SOLUÇÕES REAIS

A transposição do São Francisco é um projeto centenário. E desde as primeiras discussões, a proposta foi arquivada em função de suas incoerências.

**Dar um copo de água aos nordestinos:** considerando apenas a técnica, é possível tirar as águas de um rio e levar a outros, mas é impossível distribuir essa água a uma população dispersa, a que mais sofre com os efeitos da seca.

**Fomentar o desenvolvimento econômico:** a água da transposição, em função de ser bombeada com elevado gasto de energia, terá um custo muito alto para o consumidor ou terá que ser eternamente subsidiada pelo Governo Federal.

**Abastecimento das áreas urbanas:** um estudo da Agência Nacional das Águas (ANA) aponta alternativas para os municípios com problemas de abastecimento de todo o semi-árido brasileiro com mais de 5.000 habitantes. Se implementadas, essas obras custariam metade do previsto pelo Governo Federal para fase inicial da transposição.

## PROBLEMAS DIVERSOS

Os que são contrários apontam que, além de não resolver os problemas a que se propõe, a transposição ainda cria outros em várias esferas.

**Ambiental:** o desvio de um rio degradado, a construção de barragens para controlar sua vazão, a supressão de mata nativa, a mudança no regime de cheias do rio, prejudicando a fauna.

**Econômica:** um projeto bilionário, de custo total questionado e que antes mesmo de ser iniciado já custou aos cofres públicos R\$ 443 milhões, o dobro do investido em ações de revitalização do São Francisco no mesmo período.

**Político:** estados em conflito, a decisão do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco desrespeitada.

**Social:** populações esperançosas mediante a promessa de uma água que não pode chegar a seu destino e da promessa da reforma agrária, o risco da migração de populações para as áreas próximas aos canais, sem poder ser atendidas por essas águas, populações que dependem da pesca no São Francisco, que será prejudicada pela construção de barragens.

questionamentos na Justiça não têm representado empecilhos aos objetivos do Governo. As obras estão autorizadas pelo Ibama. No início de junho, soldados do exército se instalaram na região. O batalhão, que recebeu o nome de Pedro II, anuncia o início das obras. Mas, por enquanto, eles estão apenas capinando e fazendo os marcos da construção futura.

Para o presidente do Comitê da

Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, Apolo Heringer Lisboa, a movimentação do exército faz parte de uma “guerra de nervos” do Governo de divulgar a idéia do fato consumado. “Não irá começar, começando, não irá continuar, continuando, não irá terminar; terminando, não irá funcionar. E se funcionar, certamente não irá ajudar a resolver o problema social da seca”, afirma. 

# Transposição: projeto de vários governos

A proposta de transpor as águas do São Francisco para o Nordeste Setentrional não é nenhuma novidade. Desde os tempos da monarquia já se falava em construir canais artificiais para levar água aos sertanejos.

## Seca reativa discussões

Em **1877**, uma grande seca atingiu 1,7 milhões de pessoas e fez com que Dom Pedro II reativasse a proposta, sem resultados concretos. Engenheiros a serviço do imperador projetaram um canal que ligaria o São Francisco ao rio Jaguaribe (CE). A transposição foi reconsiderada em 1886, mas descartada por inviabilidade técnica e financeira.

## TCU reprova projeto

Em **1994**, Itamar Franco anunciou que iria abrir licitações para os projetos básicos das obras de transposição, mas o Tribunal de Contas da União alegou que o projeto era prejudicial às hidrelétricas, à irrigação em Minas Gerais e na Bahia.

## Licitação é questionada

Fernando Henrique Cardoso, em **1995**, gastou 10 milhões de reais com a elaboração do projeto básico, mas empresas que não concordaram com o resultado das licitações recorreram na Justiça e impediram o início da obra, orçada em 3 bilhões de dólares.

## Ainda na Monarquia

A idéia de transpor parte das águas do rio São Francisco, proposta que perdura até hoje, foi falada pela primeira vez em corredores palacianos em **1820**, no reinado de Dom João VI.

## Novamente descartada

O potencial candidato à presidência, coronel Mário Andreazza, encomendou, em **1981**, estudos visando à transposição de 15% das águas do Velho Chico, que beneficiariam os estados do Ceará, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Mas o projeto foi arquivado devido ao alto custo, 10 bilhões de dólares, e também ao demorado tempo previsto para a construção, entre 15 e 20 anos.

## Arquivamento do projeto

Em **2002**, outro projeto, desta vez de 1 bilhão de dólares, foi arquivado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, por intervenção do então ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, atual secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais, e também por reações sociais, políticas e técnicas do próprio PT.





### Fim do impedimento legal

Ações na Justiça contra a transposição impediam as obras até que, no final de **2006**, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Sepúlveda Pertence, derrubou todas as liminares por considerar ilegítimas todas as entidades civis que abriram os processos no STF.

### Exército inicia movimentação

O Ministério da Integração Nacional repassou R\$ 104 milhões ao exército brasileiro para que as obras começassem antes mesmo dos resultados das licitações. Os soldados começaram a se instalar na região no dia **4 de junho de 2007**, anunciando que iriam iniciar a construção dos canais de aproximação que ligarão o São Francisco às estações de bombeamento das águas nos eixos norte e leste da transposição.

### Rejeição generalizada

A transposição foi rejeitada por vários setores da sociedade brasileira. O caso mais dramático foi o do bispo de Barra (BA), Dom Frei Luiz Flávio Cappio, que fez greve de fome durante 11 dias, em setembro de **2005**, contra a transposição. A greve só terminou com a promessa de que seriam realizados debates envolvendo governo e sociedade.

### Ministério lança licitação

No dia **13 de março de 2007**, o Ministério da Integração Nacional publicou no “Diário Oficial da União” o aviso de licitação pública da primeira etapa do projeto de transposição do rio São Francisco. Coincidentemente, desde o dia anterior, cerca de 500 representantes de movimentos sociais se encontravam acampados em Brasília.

### Ibama autoriza início

No dia **23 de março de 2007**, o Ibama autorizou o início das obras. A Licença de Instalação da transposição permite o início das obras nos trechos I e II do Eixo Norte e V do Eixo Leste.

### Seca como bandeira

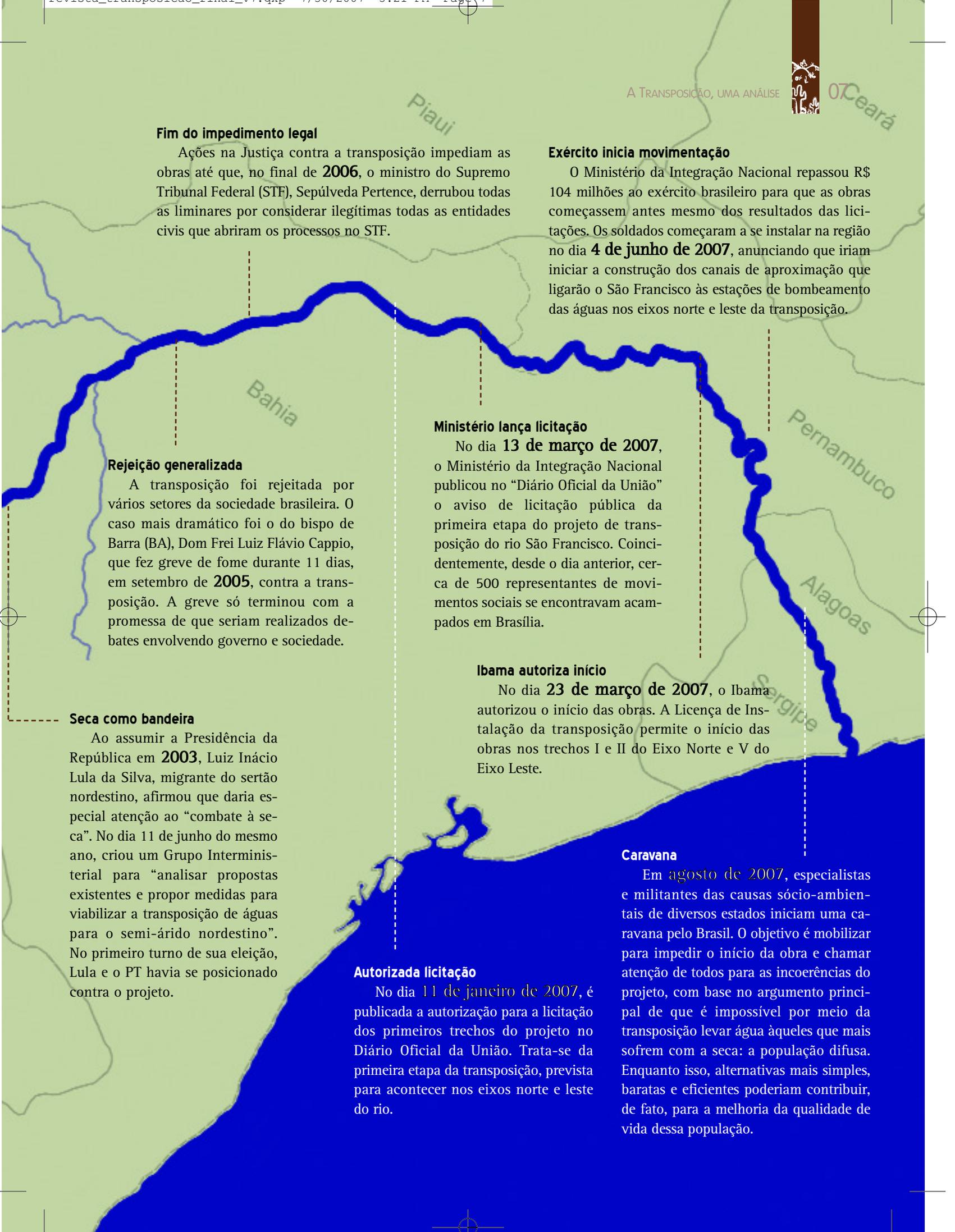
Ao assumir a Presidência da República em **2003**, Luiz Inácio Lula da Silva, migrante do sertão nordestino, afirmou que daria especial atenção ao “combate à seca”. No dia 11 de junho do mesmo ano, criou um Grupo Interministerial para “analisar propostas existentes e propor medidas para viabilizar a transposição de águas para o semi-árido nordestino”. No primeiro turno de sua eleição, Lula e o PT havia se posicionado contra o projeto.

### Autorizada licitação

No dia **11 de janeiro de 2007**, é publicada a autorização para a licitação dos primeiros trechos do projeto no Diário Oficial da União. Trata-se da primeira etapa da transposição, prevista para acontecer nos eixos norte e leste do rio.

### Caravana

Em agosto de **2007**, especialistas e militantes das causas sócio-ambientais de diversos estados iniciam uma caravana pelo Brasil. O objetivo é mobilizar para impedir o início da obra e chamar atenção de todos para as incoerências do projeto, com base no argumento principal de que é impossível por meio da transposição levar água àqueles que mais sofrem com a seca: a população difusa. Enquanto isso, alternativas mais simples, baratas e eficientes poderiam contribuir, de fato, para a melhoria da qualidade de vida dessa população.



# Rios de recursos desperdiçados

Transposição não é opção viável para solucionar problema social da seca no Nordeste

Projetos de transposição de rios são práticas históricas. Na antiguidade, canais subterrâneos na Mesopotâmia ampararam necessidades importantes da população que vivia nas cidades. Há registros de transferência de água para a agricultura na Espanha desde o século XV. Hoje em dia, a transposição ainda é uma técnica utilizada. Mas experiências internacionais têm mostrado que a complexidade de projetos de grande magnitude pode tornar esta opção inviável por motivos técnicos, econômicos, sociais e ambientais.

Este é o caso da transposição do São Francisco. O especialista em hidrologia, irrigação e drenagem, Alberto Daker, que foi professor da Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais e consultor internacional, explica que existem três condições básicas para justificar a transposição: existir uma bacia com muita água sobrando e terras e relevo que não sirvam para irrigação; haver outra bacia com terras irrigáveis, mas com carência de água; e ter uma relação custo-benefício viável para a obra ser feita. “Mas não é esse o caso”: há demanda por água nas terras cultiváveis das proximidades do rio São Francisco, existe água na região da bacia receptora, sendo preciso, na verdade, é que seja garantida sua distribuição. “A obra também não se sustenta energética nem financeiramente”, completa Daker.

## Caminhos da transposição

Partindo de dois pontos de captação em Pernambuco, as águas do São Francisco percorrerão dois caminhos: o Eixo Norte e o Eixo Leste. Juntos, os canais de concreto somam 720 km, que corresponde aproximadamente à

distância, por rodovia, entre Belo Horizonte e Brasília.

O Eixo Norte teria 22 aquedutos, 6 túneis, 26 reservatórios de pequeno porte e 4 estações de bombeamento para transpor o desnível de 165 metros. Já o Eixo Leste teria 5 aquedutos, 2 túneis e 9 reservatórios de pequeno porte e 5 estações de bombeamento que elevarão em 304 metros o nível da água (altura de um prédio de cerca de 100 andares). Os canais terão 25 metros de largura por 5 de profundidade, com uma área de recuo (onde não será permitido nenhum tipo de cultivo) de 100 metros de cada lado.

O volume a ser retirado continuamente do São Francisco para a transposição, outorgado pela Agência Nacional de Águas, é de 26,4 m<sup>3</sup>/s. A estrutura projetada é para uma vazão máxima de 127m<sup>3</sup>/s. O Governo afirma que serão retirados em média 3,5% da vazão do São Francisco, o que ele tenta apresentar como pouco. É preciso lem-

## CRISE ENERGÉTICA

Segundo especialistas, a energia requerida no bombeamento das águas é de 263 MW. Somando-se aos 346 MW que deixarão de ser gerados pela queda da vazão ao longo das hidrelétricas existentes no baixo São Francisco, o gasto energético pode chegar a 609 MW. Isso corresponde a mais da metade de toda a energia gerada na barragem de Sobradinho (1.050 MW).

Enquanto isso, de acordo com a Companhia Elétrica do São Francisco (Chesf), as usinas de Xingó e Itaparica já operam abaixo de sua capacidade. Essas usinas foram projetadas para ter dez turbinas cada uma e hoje operam apenas com seis. Para aumentar sua produção energética, seria preciso haver mais água disponível para o funcionamento dos novos motores, é o que alega a Chesf. As informações são da Revista Estudos Avançados da USP, número 59: Dossiê energia.

## OUTROS EXEMPLOS

**Nos Estados Unidos**, peculiaridades geográficas do estado do Colorado favoreceram a construção de sistemas de transferência de água entre bacias localizadas na região oeste das Montanhas Rochosas, que é mais úmida, para o leste, onde as chuvas são raras. Mesmo tendo pontos positivos, o deslocamento das águas do rio Colorado para o rio Big Thompson, por meio de 153 km de canais, apresenta vários problemas. Um deles é o secamento do rio na parte mexicana. Conflitos sobre direito das águas entre os estados de fronteira e problemas como falha de barragens e introdução de poluentes nos reservatórios geram questionamentos sobre a eficiência alcançada pelo *Colorado Big Thompson Project*.

**O Mar de Aral**, localizado na Ásia Central, é um outro exemplo. O crescente aumento da demanda de irrigação desde seu planejamento, em 1960, o excesso de água desviada para áreas desertificadas e a falta de retorno da água de drenagem dos campos irrigados para os rios fez diminuir gradativamente a vazão dos afluentes. Hoje em dia, o Mar de Aral, que já foi o quarto mar interior do planeta, está praticamente seco. Além disso, o vento espalhou o sal, prejudicando as terras agricultáveis.

“É COMO FAZER UM EDIFÍCIO DE 127 APARTAMENTOS, MAS OCUPAR SÓ 26 DELES NA MAIOR PARTE DO TEMPO...” - EDÉZIO TEIXEIRA



brar que o volume médio a ser retirado corresponde à 17,6% da vazão que pode ser retirada do São Francisco, que é de 360 m<sup>3</sup>/s. Só que desse total, 335 m<sup>3</sup>/s já estão outorgados.

**Descaminhos da transposição**

O fluxo de água pelo canal não será contínuo. O volume máximo poderá ser retirado apenas quando o nível de água do reservatório de Sobradinho estiver acima de 94% do volume útil. Junto a isso, os rios e açudes receptores também devem estar com suas águas abaixo do nível médio. O geólogo Edézio Teixeira, que foi professor da Universidade Federal de Minas Gerais e da Federal de Ouro Preto, considera a estrutura da obra um desperdício do dinheiro público, pois, estatisticamente, essas duas condições só serão coincidentes a cada 12 anos. A represa de Sobradinho fica acima de seu nível normal em média quatro vezes a cada dez anos. Além disso, o período de chuvas nas bacias do Nordeste setentrional coincide com o período de chuvas nas bacias do médio e alto São Francisco. Ou seja, quando Sobradinho estiver vertendo, os açudes e rios do Nordeste provavelmente estarão cheios. O problema é que a maior parte dos gastos e as despesas com manutenção são fixos. “É como fazer um edifício de 127 apartamentos, mas ocupar só 26 deles na maior parte do tempo. O problema é que o condomínio do prédio todo seria pago somente pelos 26 moradores que o usam frequentemente”.

Em alguns trechos, as águas dos canais vão desaguar

em rios não perenes. Edézio explica que no Nordeste a variação da quantidade de chuvas e do volume de água que infiltra no solo e evapora ao longo do ano é muito grande. “Teria que ser feita uma avaliação técnica para saber o volume de água suficiente para o rio não secar; porque, senão, toda a água a ser transposta pelo canal pode simplesmente desaparecer”, alerta.

**NÚMEROS DO DESPERDÍCIO**

**R\$ 2,7 bilhões** - era a previsão para os custos da transposição estimada no primeiro Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), de 2000.



**US\$ 1,5 bilhões de dólares** - foi o novo valor estipulado em julho de 2004.



**R\$ 4,5 bilhões** - é o que consta atualmente no site do Ministério da Integração.



**R\$ 6,6 bilhões** - valor depois de receber um adicional de R\$ 2.1 bilhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).



**R\$ 20 bilhões** - seria o custo final da obra, segundo estimativa do Vice-Presidente da República, José Alencar. Esse valor inclui os investimentos adicionais que serão de responsabilidade dos governos estaduais (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco) para levar água para as pessoas que se encontram nas áreas laterais dos canais e nas regiões mais dispersas do sertão.



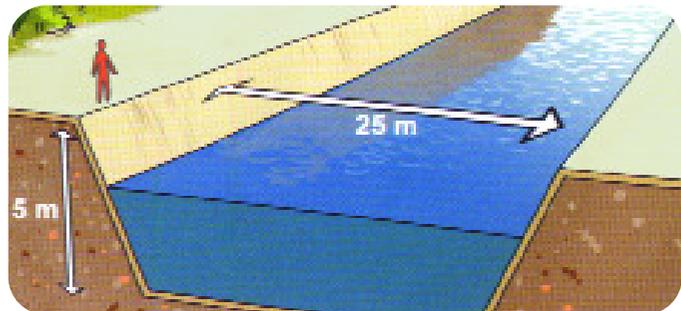
**R\$ 3,6 bilhões** - verba suficiente para realizar todas as propostas que a Agência Nacional de Águas indica em seu "Atlas do Nordeste" e que alcançariam mais de 1.300 sedes municipais e beneficiariam nove estados de todo o Nordeste mais o norte de Minas.



FONTE: RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL DA OBRA (RIMA)



Ilustração do Governo Federal mostra dimensão do canal



FONTE: CARTILHA DO GOVERNO FEDERAL



# Semi-árido para além das limitações

Má distribuição das chuvas não é sinônimo de ausência de vida

O Aravá, a savana de Israel, se estende do sul do Mar Morto até o Golfo de Eilat. Com um índice pluviométrico médio de menos de 25 mm e temperaturas que chegam a 40°C no verão, em sua terra são cultivadas frutas e verduras para exportação. Parece mentira, mas, graças a inteligentes técnicas agrícolas, os israelenses conseguiram reverter um quadro de extrema escassez hídrica. A conservação da água é uma preocupação milenar no país. Há uma variedade de sistemas que permitem a captação, o armazenamento e a distribuição das águas da chuva, fonte preciosa de vida para o povo da região.

Israel é somente um dos exemplos. Estados Unidos, México, Peru, Chile e Senegal e outros países têm aprendido a conviver com as adversidades do semi-árido através da agricultura irrigada, da pecuária e de investimentos em pesquisas, educação e planejamento. Isso mostra que características geográficas não podem ser usadas para justificar o sofrimento de um povo. De acordo com o geólogo da Universidade de São Paulo, Aldo Rebouças, um pernambucano e um alemão, um baiano e um francês e um piauiense e um norte americano possuem aproximadamente a mesma quantidade de água disponível.

“A pobreza é por falta de políticas. Os EUA, Israel e Chile não jogaram sua população na miséria. O semi-árido é viável, não condiciona a miséria existente no Brasil”, afirma o secretário executivo do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Caatinga, Roberto Gilson Campos. Ele também destaca: “há uma certa diferença de tratamento que foi dado a esses semi-áridos e o nosso semi-árido. É diferente, mas é exemplar: acesso à educação, desenvolvimento da pesquisa, da infra-estrutura física e de transporte compõe um conjunto de medidas que fazem a diferença”.

## Nossa realidade

O semi-árido brasileiro abrange parte dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. São 1.133 municípios distribuídos numa área de aproximadamente 970 mil quilômetros quadrados. Trata-se do semi-árido mais populoso de todo o mundo, com uma população estimada em 20 milhões de habitantes, que correspondem a 46% da população nordestina e 13% da brasileira.

Quando pensa-se no semi-árido brasileiro, logo vem à cabeça o solo rachado, pessoas e animais definhando e quilômetros e mais quilômetros sem que seja avistada uma gota d'água. Em suma, uma região hostil à vida. Mas o semi-árido brasileiro é um tesouro que aprendeu-se a não enxergar, por questões historicamente difundidas e que hoje fazem parte de uma visão cultural extremamente arraigada. “É uma lógica da ‘vitimização’ e de exaltação das limitações do meio natural desvalorizando todas as suas potencialidades, um padrão que ao invés de mobilizar a sociedade para os recursos locais disponíveis, a convida para o imobilismo, como se ninguém pudesse fazer nada porque o semi-árido seria um meio hostil, difícil de se desenvolver”, afirma o coordenador executivo da Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA - Brasil), Luciano Silveira.

De acordo com Luciano, dentre os territórios caracterizados pela semi-aridez, o semi-árido brasileiro é aquele



Foto: João Zuccher

“UM PERNAMBUCANO E UM ALEMÃO, UM BAIANO E UM FRANCÊS E UM PIAUIENSE E UM NORTE AMERICANO POSSUEM APROXIMADAMENTE A MESMA QUANTIDADE DE ÁGUA DISPONÍVEL” - ALDO REBOUÇAS





## A LIÇÃO DA CAATINGA

Ao mesmo tempo em que se aproxima das demais regiões semi-áridas do mundo em aspectos como as baixas taxas pluviométricas, os altos índices de evapotranspiração e as altas temperaturas, o bioma brasileiro possui um grande diferencial, que é sua vegetação típica, a caatinga. "Não existe esse bioma em outra parte que não aqui: portanto, a caatinga é uma vegetação altamente adaptada. O que faz com que o nordeste não seja um imenso deserto é essa vegetação adaptada", esclarece Roberto Gilson.

Em tupi-guarani, caatinga significa "mata branca", por causa da ausência de cor na época da seca. No entanto, com as primeiras chuvas do verão, folhas verdes e flores aparecem. O mandacaru, símbolo da chegada das chuvas, é uma dessas plantas que ganham vida no período chuvoso.

A caatinga é exemplo de estocagem eficiente de água. Durante o período chuvoso, as plantas estocam água e nutrientes para serem consumidos na estação seca. Enquanto o alimento fica estocado nas raízes, as plantas perdem suas folhas para diminuir a perda por transpiração. Plantas típicas como o pau-ferro e o juazeiro poderiam ser alimentos importantes para o gado; umas, como o umbu e o murici, dão bons frutos e outras podem até ser fonte de medicamentos, caso do pinhão, da aroeira e do anjico.

que detém a maior biodiversidade. Existem em torno de 20 mil espécies de animais, fungos e vegetais. Conhecer essa realidade é o primeiro passo para que seja estabelecida uma convivência harmônica com a região. "Estão destruindo a caatinga sem que tenhamos acesso a essas riquezas", lembra o pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco, do estado de Pernambuco, João Suassuna.

O semi-árido é cenário de paisagens distintas cuja razão de ser encontra-se na distribuição irregular das chuvas pelo território durante o ano. "Tem ecossistema de altitude onde chove mil mm e tem depressões onde precipita entre 400 e 350 mm por ano", esclarece o coordenador do Programa de Apoio à Agricultura Familiar da Diaconia, organização social sem fins lucrativos, Marcelino Lima. Para efeito de comparação, a região sudeste possui uma média pluviométrica de aproximadamente 1.900 mm anuais. Segundo o pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, João Abner, o primeiro passo para uma convivência harmônica com o semi-árido passa por um amplo projeto inteligente que capte esse modesto mas suficiente volume de água da chuva.

Tanto para Roberto Gilson quanto para Luciano Silveira, o desafio é mudar o prisma pelo qual observa-se o semi-árido e sua população. Segundo Luciano, a transposição do rio São Francisco reitera o padrão ineficaz de desenvolvimento vigente hoje na região. ☞

*A lição de convivência com o semi-árido é dada pela própria natureza: plantas como o cactus acumulam água nos períodos secos*



FOTO: JOÃO ZINCAR



# Várias formas de convivência possível

Governo insiste em obra que apresenta soluções para população difusa

Governos, comunidade científica e os próprios sertanejos conhecem as soluções para o acesso à água no semi-árido brasileiro há várias gerações. Elas são muitas, podem abranger todas as populações e já são implantadas em alguns lugares. O que falta são políticas públicas efetivas de distribuição e aproveitamento da água disponível e fomento das alternativas já conhecidas. Trazer água de uma bacia a centenas de quilômetros de distância não é, nem de longe, uma alternativa razoável, além de não ser a solução para a população difusa, aquela que mais sofre os efeitos da seca.

A presença de um solo raso, impermeável e cristalino em quase 70% do território favorece a implantação de uma solução já conhecida há décadas: a construção de açudes. São grandes reservatórios, que acumulam a água da chuva para torná-la disponível nos meses de seca. Desde 1909, foram construídos cerca de 400 grandes açudes públicos.

De acordo com vários especialistas, incluindo João Suassuna, pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco, existe uma oferta de 37 bilhões de m<sup>3</sup> de água nos açudes do semi-árido. É o maior volume represado em regiões semi-áridas do mundo. A baía de Guanabara, que é a terceira maior do mundo, possui três bilhões de m<sup>3</sup> de água. Ou seja: a água disponível em açudes é o equivalente a mais de 12 baías de Guanabara em pleno sertão. E é principalmente para esses açudes que a água do São Francisco será levada.

Entretanto, existem problemas de aproveitamento da água dos açudes. Segundo o hidrólogo e engenheiro

Foto: DNOCS



Açude Castanhão (CE): o maior açude do Nordeste pode armazenar até 6,7 bilhões de m<sup>3</sup> de água

## UM PEQUENO CÁLCULO

Serão retirados 26,4 m<sup>3</sup>/s de água continuamente do São Francisco. Um ano tem 31 milhões e 536 mil segundos, que multiplicados por 26,4 dão: 832 milhões, 550 mil e 400 m<sup>3</sup>/s de água por ano. Agora é so comparar: existe uma oferta de 37 bilhões de m<sup>3</sup> de água nos açudes do semi-árido. Ou seja, será retirado do São Francisco cerca de 2% do que já existe armazenado nos açudes.

agrônomo Alberto Daker, que foi professor da Universidade Federal de Viçosa, “utilizando-se apenas nove dos 37 bilhões de m<sup>3</sup> que estão represados, seria possível irrigar 900 mil hectares. Hoje, apenas 120 mil hectares são irrigados”. Como explica o geólogo Dilermando do Nascimento, “nos grandes açudes, por causa de uma gestão conservadora, consome-se em média apenas 20% do volume potencial armazenado”.

“O que não temos é uma política efetiva de uso e distribuição dessa água. Poderíamos fazer isso por meio de tubulações e da interligação das bacias daqui, como está sendo feito no Ceará. Lá, caso haja uma região que esteja com problema de abastecimento, uma represa do sul do estado pode enviar água, porque está tudo interligado”, afirma João Suassuna.

O presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas e coordenador do Projeto Manuelzão da UFMG, Apolo Heringer Lisboa, lembra que o uso racional das águas deve ser um projeto de todos os estados. Minas Gerais e Bahia também podem coletar água das chuvas.

## Água para as cidades

Um portfólio de soluções para o abastecimento urbano de água no Nordeste foi publicado recentemente pela Agência Nacional de Águas (ANA), instituição ligada ao próprio Governo Federal. O documento apresenta detalhadamente uma série de alternativas técnicas, que possibilitariam a garantia da oferta de água para atender as demandas atuais e futuras de mais de 1.300 sedes municipais (a maior parte com mais de cinco mil habitantes) não apenas no semi-árido nordestino, mas em todos os nove estados do Nordeste e também do norte de Minas Gerais. Ao todo, seriam 34 milhões de pessoas beneficiadas nestas cidades, a um custo de 3,6 bilhões de reais.



### Alternativas para a população difusa

Não se pode negar o sofrimento daqueles que continuam sem acesso à água. Mas a não distribuição das águas dos açudes e rios perenes para a população dispersa é um problema que nem a transposição pode ou se propõe a resolver. Como explica João Suassuna, é impossível tecnicamente fazer essa distribuição para as regiões mais afastadas: seria preciso montar um complexo e caríssimo esquema de adução de água que, através de tubulações, percorreriam vários quilômetros para levar a água de um açude até uma família isolada na zona rural. O geólogo Edézio Teixeira ilustra a incoerência da proposta com o exemplo de Belo Horizonte: imagine que os canais de abastecimento hoje sejam as ruas da cidade. Agora imagine expandir BH até a uma densidade populacional parecida com o do semi-árido. Isto significaria expandir a área de Belo Horizonte dos seus 335 km<sup>2</sup> para 80 mil km<sup>2</sup>, uma escala de 1 para 240. “Para demandas concentradas, os suprimentos podem ser concentrados, demanda difusa requer suprimento difuso”, destaca o geólogo.

**Cisternas.** Para levar água às populações dispersas, a cisterna ainda é a tecnologia mais usada. Ela permite acumular água das chuvas para serem usadas no período de estiagem. Uma das formas mais comuns de captação é por meio das águas que caem nos telhados. Mas esse acúmulo também pode ser feito por meio de placas coletoras ou condução das enxurradas, dentre outros exemplos.

A Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA), fórum da sociedade civil que reúne mais de 700 entidades não-governamentais, desenvolve uma iniciativa chamada Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC). Desde julho de 2003, o programa vem promovendo a construção de cisternas em todo o semi-árido. Segundo o coordenador executivo da ASA, Luciano Silveira, até o dia 29 de maio já haviam sido construídas mais de 190 mil infra-estruturas - quase 20% da meta do programa, que pretende beneficiar 5 milhões de pessoas.

O problema dessas estruturas é que a água armazenada não é suficiente para o uso na agricultura. É preciso investir em seu aperfeiçoamento. Uma cisterna simples, com capacidade para 16 mil litros, fornece água apenas para a família beber, cozinhar e escovar os dentes durante os oito meses de seca.

**Poços artesianos.** Os poços são utilizados para o aproveitamento da água do subsolo. São mais de 60 mil poços já perfurados no semi-árido. O pesquisador João Suassuna, entretanto, faz uma ressalva: “70% da área do semi-árido tem uma geologia cristalina que não permite a existência de água de subsolo, ou quando permite, essas fontes são de baixa vazão e as águas são salinizadas”. Nesses casos, como explica Dilermando do

Nascimento, “é preciso equipar os poços com dessalinizadores” - o que pode elevar o custo da obra.

**Barragens subterrâneas.** Dilermando aponta as barragens subterrâneas como “principal alternativa para atender a população da zona rural de pequenos povoados com população entre 30 e 200 famílias, no que se refere ao cultivo da agricultura familiar”. A técnica consiste em aproveitar as águas das chuvas ao longo dos leitos dos rios temporários, quando estes secam. Constrói-se uma parede impermeável transversal ao leito, para impedir que a água escorra através do sedimento arenoso que está situado abaixo da superfície da água do rio.

### Outras alternativas

O fomento da agricultura familiar também é o objetivo do Programa Uma Terra e Duas Águas, da ASA. As duas águas se referem à água para consumo humano e à água para agricultura. O programa pretende promover, além da cisterna, a instalação de mais uma infra-estrutura hídrica e também o acesso à terra para as famílias do semi-árido. Atualmente, está sendo viabilizada a construção de quatro tipos de estruturas, todas com uma capacidade maior e voltadas para o fomento da agricultura familiar: tanque de

Foto: JOÃO ZINCLAR



É preciso investir em tecnologias para ampliar a captação das águas

pedra (aproveita lajedos de pedra naturais que formam depósitos de água), barragem subterrânea, cisterna calçadão (formada por uma área de captação pavimentada, um reservatório e um pequeno sistema de irrigação) e barreiro trincheira (tanques profundos e estreitos com fundo e paredes de pedra), todas práticas tradicionais.

Além disso, como explica Luciano Silveira, “o programa se baseia na valorização de técnicas já conhecidas e no intercâmbio de experiências entre as comunidades, com o objetivo de valorizar a capacidade inventiva das famílias”.<sup>17</sup>

# "Poço" sem fundo

Indústria da seca se alimenta de obras que têm por objetivo acabar com a falta de água no sertão

Junho de 1970. O general Emílio Garrastazu Médici, ditador do Brasil no período de 1969 a 1974, visita o semi-árido nordestino. Perante a seca e o sofrimento do povo sertanejo, Médici decide construir a rodovia Transamazônica (BR-230), para levar "os homens sem terra do Brasil a ocuparem as terras sem homens da Amazônia". A idéia era ligar a região oeste do país, abundante em água com a região leste, seca. Hoje, 36 anos após o início da construção da Transamazônica, que nunca foi acabada, a rodovia já consumiu cerca de US\$ 1,5 bilhão.

A Transamazônica é um dos vários exemplos de obras que apenas engordaram as contas da "indústria da seca". Definida pelo jornalista e editor-executivo da revista "Estudos Avançados" da Universidade de São Paulo (USP), Marco Antônio Tavares Coelho, como uma "pressão" pela realização constante de obras que possam mitigar o problema da seca, mas que não vai resolvê-lo, a "indústria da seca" tem o objetivo de lucrar com as obras. Lucrar politicamente com a construção de uma boa imagem perante a população (de político que realiza obras e traz emprego e desenvolvimento), e financeiramente, com a implementação de soluções caras que não resolvem nada e até mesmo com o desvio de recursos públicos.

"Obras inacabadas, mal-feitas, superfaturadas. Tem toda uma corrupção por dentro dessas obras. É uma forma

da elite nordestina conservar o seu poder político e ao mesmo tempo fazer a sua fortuna privada", aponta o membro da equipe nacional do Agronegócio da Comissão Pastoral da Terra, Roberto Malvezzi (Gogó).

Para o especialista em hidrologia, irrigação e drenagem, Alberto Daker, que foi professor da Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais, a indústria da seca "vai ficar alegre, se enriquecer" com a transposição, já que ela precisa de "uma obra para durar décadas e décadas". O presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas e coordenador do Projeto Manuelzão, Apolo Heringer Lisboa, lembra que as demandas geradas por essa transposição também podem exigir outras transposições. Segundo ele, já foi discutida a possibilidade de se transpor o rio Tocantins para socorrer o São Francisco: "seria a próxima jogada".

## Velhos exemplos

Em 2001, uma matéria publicada no jornal Folha de São Paulo, do dia 8 de julho, tinha o seguinte título: "17 grandes obras contra seca estão paradas". O texto chamava a atenção para o fato de que essas obras já tinham consumido "pelo menos R\$ 834 milhões" e estavam paradas por causa de irregularidades detectadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Para serem concluídas, elas ainda

"QUE NÃO RESOLVAM INICIAR O PROJETO PARA DEPOIS FICAR TRINTA ANOS CAVANDO BURACO SEM TERMINAR" - CELSO FURTADO





gastariam “mais R\$ 696 milhões”. Esse é um dos riscos que se corre com as obras da transposição: que se arrastem e consumam muito mais que os R\$ 4,5 bilhões que o Governo anuncia como custo da obra (ou os R\$ 6,6 bilhões previstos no PAC para a transposição ou os 20 bilhões anunciados, em Minas, pelo vice-presidente José Alencar).

O Baixio do Irecê é mais um exemplo da indústria da seca. Concebido para irrigar 59 mil hectares nos municípios baianos de Itaguaçu e Xique-Xique e dividido em 9 etapas, o projeto está parado desde 2002, quando as obras foram iniciadas e interrompidas por falta de recursos. Apenas a primeira parte da obra foi concluída, ou seja, cerca de 4.700 hectares do total. Entretanto, nada está sendo irrigado. O PAC prevê cerca de 547 milhões de reais para a obra. Além disso, está tramitando no ministério da Integração Nacional, projeto de parceria público-privada para assumir o empreendimento. Os resultados só sairão em setembro de 2007. Enquanto isso a obra não ajuda ninguém.

Relatório publicado na página do TCU, com as obras

analisadas pelo órgão no ano de 2005, revela irregularidades em 10 obras que foram elaboradas para minimizar o problema da falta de água. São adutoras, açudes, projetos de irrigação e barragens. Os motivos vão de mudanças no projeto original, falta de licenciamento ambiental a sobrepreço. Um exemplo é a construção da barragem de Oiticica, em Caicó (RN). O objetivo da obra era complementar os recursos hídricos no Vale do Açu. O Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocs) é responsável pela obra e uma comissão interna do próprio órgão verificou um sobrepreço na obra de mais de 140%. Ela está paralisada desde 1993 por causa dessa irregularidade. Em 2004, foi autorizada a atualização do projeto básico.

Outro exemplo é a adutora Serra da Batateira (BA), obra do Ministério da Integração que tinha o objetivo de, dentre outras coisas, viabilizar a implantação de um perímetro de irrigação no Município de Sobradinho. Também iniciada em 1993, não está terminada. “Era para gastar quatro, cinco milhões e está para mais de 20 e não está pronta”, aponta Roberto Malvezzi (Gogó) da CPT. A adutora tem previsão de término das obras para 31 de julho deste ano e custo total estimado em mais de 21 milhões de reais. Em tempo: a empresa Góes-Cohabita Construções S.A cedeu, em 1995, à construtora Gautama o direito de realizar a obra - a mesma que foi desmascarada pela recente “Operação Navalha” da Polícia Federal.

### SUDENE: INÍCIO, FIM E RETORNO

Idealizada pelo economista paraibano Celso Furtado, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) foi criada, em 1959, com o objetivo de desenvolver o Nordeste a partir de investimentos em obras de infra-estrutura e incentivos fiscais para que empresas pudessem ali se instalar. Entretanto, em 1964, Celso Furtado foi cassado pela Ditadura Militar, que tomava o poder no país naquele momento. Com isso, a Sudene logo passou a operar como um braço da corrupção, do clientelismo e da indústria da seca. Em 2001, depois de vários escândalos de irregularidades, o presidente Fernando Henrique Cardoso extinguiu a Sudene. Em janeiro deste ano, o Governo Lula recriou o órgão.

Celso Furtado era um profundo conhecedor do Nordeste e do sofrimento causado pela seca. Mas nem por isso ele defendia a transposição do São Francisco. Em entrevista concedida em 1998 para Maria da Conceição Tavares, Manuel Correia de Andrade e Raimundo Rodrigues Pereira, e transformada no livro *Seca e Poder*, o economista manifesta sua opinião sobre a polêmica obra: “eu não me interessei por esse projeto desde o começo porque era uma panacéia. Minha reação imediata foi de cautela. Sempre perguntei: a quanto custo chega o investimento? Nunca ninguém conseguiu me dizer quanto custaria. Em segundo lugar, quem vai ser beneficiado com isso? São os proprietários de terras? Então terão novos açudes para evaporar? Que não resolvam iniciar o projeto para depois ficar trinta anos cavando buraco sem terminar!”.

### A “experiência” de Ciro

João Suassuna, em artigo publicado no site da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) chama a atenção para o Canal do Trabalhador, obra realizada pelo ex-ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, quando era governador do Ceará, e que depois de pronta está subutilizada. O jornalista Bernardino Furtado, em matéria publicada no jornal *Correio Brasiliense* do dia 6 de março de 2005 relata que um grosso tubo de borracha pendente sobre o canal teima em desmentir o então governador do Ceará, Ciro Gomes, que expressou em uma placa, de maio de 1994, o orgulho pela obra: “Aqui 5 mil cearenses construíram a obra do século”.

O Canal do Trabalhador tem 110 quilômetros de extensão e pode transportar até 5 metros cúbicos de água por segundo, equivalentes a 70% do consumo da Região Metropolitana de Fortaleza. De acordo com a reportagem, o Canal conseguiu suprir a necessidade de água da capital cearense por sete meses. Com as chuvas e a construção de novos açudes interligados, não foi necessário bombear água para ele. Além disso, o então governador, havia prometido irrigar 40 mil hectares nas margens do canal. A promessa nunca foi cumprida. †

*Esquerda - Transamazônica: a rodovia de integração Norte Nordeste nunca chegou a ser terminada. Hoje ela está tomada por lama e é invadida pela floresta*

# Vendendo ilusões

Campanhas do Governo prometem resolver o problema daqueles que não serão atendidos

“Levar um caneco d’água para um nordestino que está passando sede”. Esse seria, segundo declaração do presidente Lula em 23/09/04 a emissoras de rádio do Brasil, a finalidade do projeto. Pouco mais de dois meses depois, no dia 28/11/04, o engenheiro e assessor da presidência da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), João Paulo Maranhão Aguiar, fez o seguinte alerta, no jornal Estado de Minas: “é desonestidade afirmar que o objetivo da transposição é matar a sede de cearenses, potiguares, paraibanos e pernambucanos. O Governo tem de dizer que pretende usar a água do São Francisco para criar novos pólos de desenvolvimento baseados na agricultura irrigada”.

## Distorções

Crianças raquíticas, animais definhando, solo estorricado, açudes secos. Imagens com apelo emocional são frequentemente utilizadas nas propagandas do Governo para vender a promessa de que a transposição do São Francisco resolveria o problema da seca no semi-árido nordestino. O que as propagandas não mostram é que somente a água não é capaz de solucionar os problemas sociais da região. Na própria bacia do São Francisco, a população ribeirinha passa por sérias dificuldades. Traipu, cidade alagoana localizada nas margens do rio, tem o quarto pior IDH do Brasil (dados do Censo de 2000). “Optou-se por um modelo de desenvolvimento na bacia do São Francisco que concentra terra e água”, aponta o sociólogo e membro da Comissão Pastoral da Terra da Bahia, Ruben Siqueira. “Os recursos públicos sempre foram para grandes projetos de irrigação e agronegócio. A transposição é apenas mais um que reproduz o mesmo modelo excludente de impactos sócio-ambientais”, acrescenta ele.

O Governo também anuncia que vai destinar as terras

em torno dos canais para a reforma agrária. “O Movimento dos Sem Terra inclusive se interessou pela possibilidade, mas logo desistiu por causa da pobreza do solo”, comenta o membro da equipe nacional da Comissão Pastoral da Terra, Roberto Malvezzi (ou Gogó). Além disso, a água que seria retirada ao longo dos canais é, segundo o Governo Federal, uma quantidade muito pequena, de forma a não prejudicar o abastecimento urbano. Não seria suficiente para se fazer irrigação, por exemplo. Ou seja, a qualidade do solo e o custo elevado da água tornam inviável a agricultura ao longo dos canais. “Isso não passa de um jogo de marketing”, alerta Malvezzi.

## Uma fraude ética

Com grandes recursos para financiar suas propagandas, o Governo distorce o discurso de seus críticos. Domina as audiências públicas, apontando que o principal argumento usado pelos contrários à obra seria o de que o rio São Francisco está decadente e, por isso, não poderia “doar” a água que ele “joga fora no mar”. A estratégia usada: desviar-se das críticas com “desculpas inventadas, que não dão uma resposta à pergunta que fazemos”, como denuncia o cacique da tribo pernambucana Truká, Neguinho Truká.

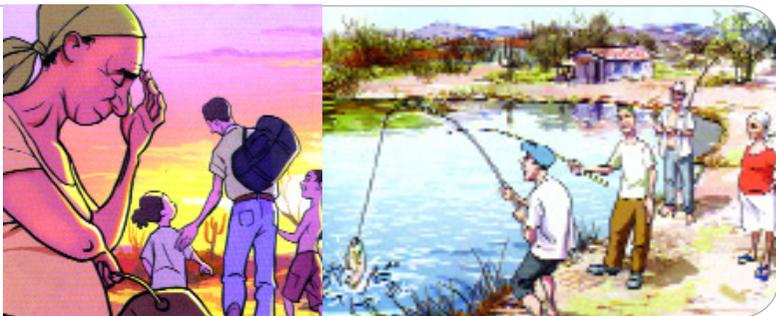
Somado a isso, a mídia nacional tem feito “uma cobertura muito superficial da transposição”, comenta Bernardino Furtado, repórter especial do jornal Estado de Minas. Salvo raras exceções, os jornais se limitam a citar os fatos, sem realizar pesquisas aprofundadas sobre o projeto e as reais implicações da empreitada.

Para o engenheiro agrônomo João Suassuna, pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco, iludir os nordestinos com uma promessa irrealizável “é fazer política com o sofrimento e a miséria de um povo, é a perpetuação da indústria da seca”. E mesmo se a água - superfaturada pelo processo caro que a transporta - chegasse à casa de cada nordestino pobre do semi-árido, como eles iriam pagar por ela? “Seria como se o Governo abrisse um supermercado para acabar com a fome”, compara o coordenador do Projeto Manuelzão, Apolo Heringer Lisboa.

O que já está acontecendo, de fato, é a especulação fundiária: “há um movimento de empresas, inclusive transnacionais, se dirigindo para as regiões de melhores solos em que passaria, em tese, a água da transposição”, acrescenta Roberto Malvezzi. E a população? Iludida, mais uma vez, com falsas promessas, acabará marginalizada ao processo. “A população é só figurante, só pretexto”. ☹

“SERIA COMO SE O GOVERNO ABRISE UM SUPERMERCADO PARA ACABAR COM A FOME” - APOLO HERINGER LISBOA

FONTE: CARTILHA DO GOVERNO FEDERAL



Água que não pode chegar ao destino prometido é anunciada em cartilhas do Governo Federal como a solução para todos os problemas

# Natureza Artificial

**Construção de barragens altera meio ambiente, relações sociais e políticas**

Para que as águas do rio São Francisco possam ser transpostas será preciso construir barragens em seus principais afluentes. O objetivo é controlar toda a vazão do São Francisco. As barragens são barreiras artificiais feitas em rios para reter grandes quantidades de água. Produção de energia elétrica, regulação de vazão e o abastecimento de áreas residenciais, agrícolas e industriais são algumas das finalidades dessa retenção. Mas o preço que se paga pode ser muito caro.

## Impactos ambientais

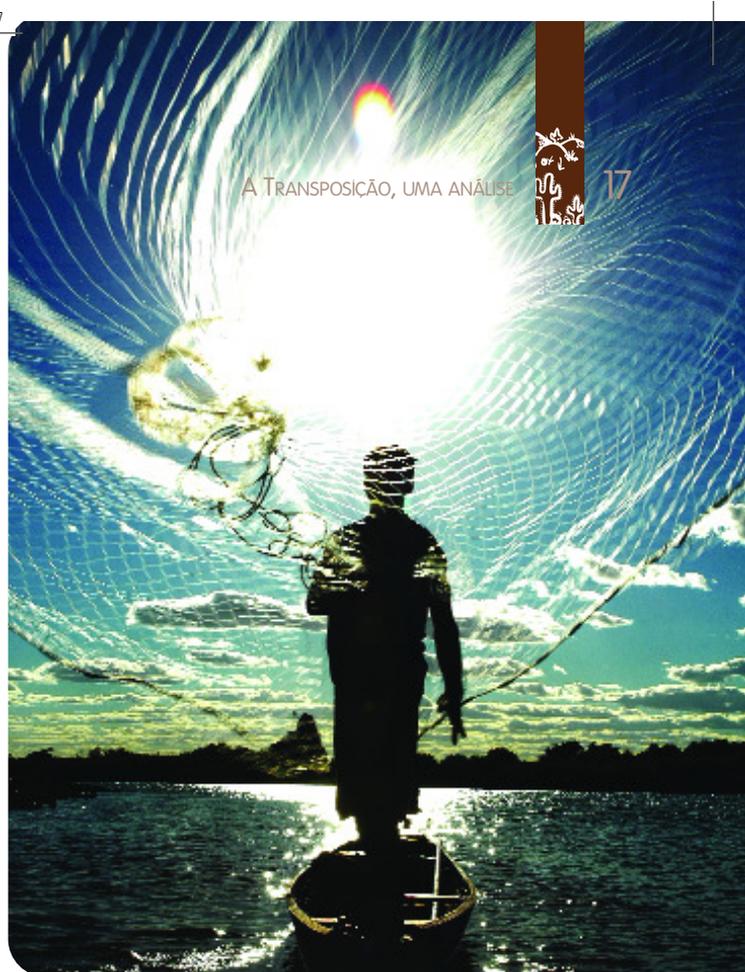
Para controlar a vazão do São Francisco pretendem construir barragens em três afluentes mineiros: Urucuia, Paracatu e Velhas. Com o aumento do nível de água, provocado pelo represamento, as áreas próximas serão alagadas, o que vai gerar mudanças na dinâmica dos rios. A velocidade do fluxo, a densidade e a quantidade de partículas de sedimentos se alteram, causando impactos à população, ao meio ambiente e aos peixes.

A barragem no Rio das Velhas pode significar o “fim da possibilidade de plena recuperação da bacia”, analisa o professor de ecologia aplicada da Universidade Federal de Lavras, Paulo Pompeu. O pesquisador destaca que a irregularidade da vazão do São Francisco é um processo natural. “A inundação é fundamental para que as lagoas marginais, berçários dos peixes migradores, recebam água do rio. A implementação de todas as barragens propostas no projeto representaria o golpe final na fauna de peixes migradores do São Francisco”, analisa Pompeu.

## Impactos sociais

O alagamento de vastas áreas também faz com que comunidades inteiras tenham que ser transferidas para outros locais. Na bacia do Rio das Velhas, populações do médio curso do rio estão apreensivas com as notícias. A cidade de Presidente Juscelino, a 205 quilômetros de Belo Horizonte, já recebeu a visita de equipes do projeto de transposição, enviados pela Codesvaf, que analisaram o patrimônio histórico e as condições topográficas da região. O prefeito do município, Ricardo Machado, afirma que precisou buscar informações sobre a obra em Brasília: “não recebi praticamente nenhuma informação dos gestores do projeto, e as poucas as quais tivemos acesso não foram esclarecedoras”. A população de Presidente Juscelino, que vive da economia agropecuária, está apreensiva. “A preocupação nossa é a possibilidade de alagamento da

Foto: João Zincklar



A TRANSPOSIÇÃO, UMA ANÁLISE

17

*A construção de barragens em afluentes do São Francisco pode comprometer a pesca na bacia*

cidade. 60% dos 4.335 habitantes vivem do cultivo das terras férteis e a população ribeirinha precisa da pesca para a sobrevivência”, afirma Ricardo Machado.

Um estudo encomendado pelo Ministério da Integração Nacional e pela Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) prevê um barramento de 2.200 metros de comprimento, 46 metros de altura e aproximadamente 4,4 bilhões de metros cúbicos de volume em Santo Hipólito. O relatório é intitulado “Estudos de avaliação da viabilidade técnico-econômica e ambiental de um sistema de barragens nas bacias dos rios das Velhas, Paracatu e Urucuia com vistas à revitalização do Rio São Francisco”.

## Impactos políticos

A construção das barragens pelo Governo Federal também vai na contra-mão do processo de descentralização da gestão dos recursos hídricos. A lei 9.433/97, do próprio Governo, prevê a gestão compartilhada entre usuários, poder público e sociedade civil. O que se vê, entretanto, é que, além da decisão do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco não ter sido respeitada, ainda há o risco de um maior controle federal sobre o São Francisco e seus afluentes. “Você tira o ganha-pão dos pescadores e favorece empreendimentos de multinacionais: o rio fica menos do peixe, menos do ribeirinho e do povo e fica mais no domínio das grandes corporações econômicas e do Governo”, afirma Apolo Heringer. 🙏

"A IMPLEMENTAÇÃO DE TODAS AS BARRAGENS PROPOSTAS NO PROJETO REPRESENTARIA O GOLPE FINAL NA FAUNA DE PEIXES MIGRADORES DO SÃO FRANCISCO" - PAULO POMPEU

# Justiça pelo ralo

As águas da transposição carregam consigo uma enxurrada de ilegalidades

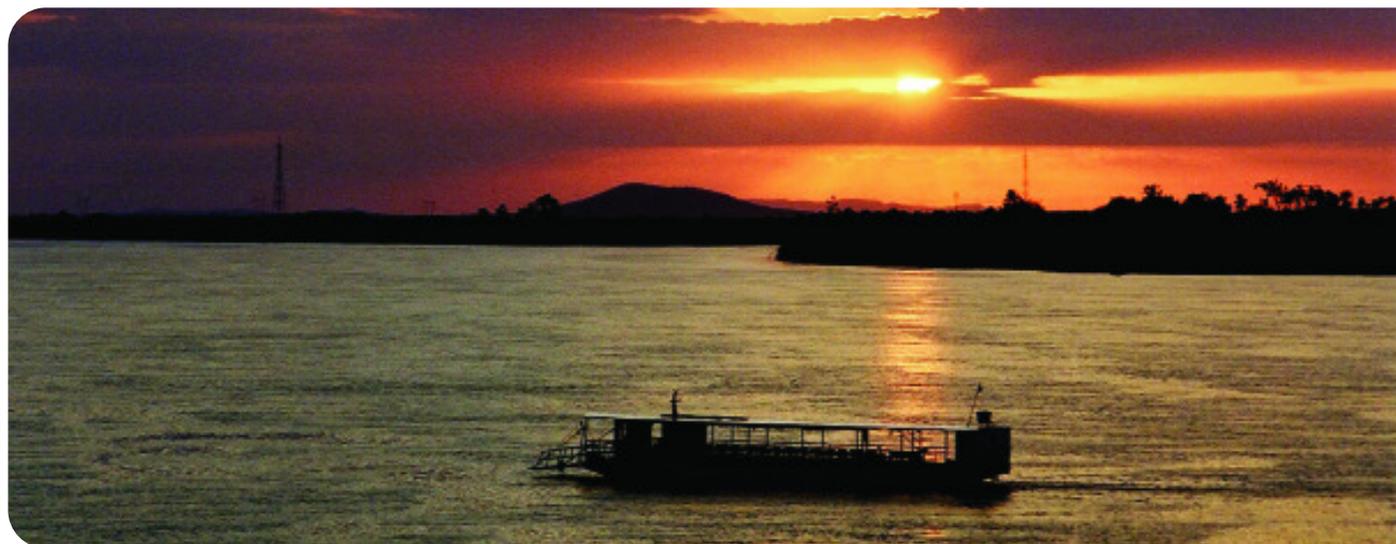
Os questionamentos também se estendem às irregularidades jurídicas da obra. A principal delas se refere ao desrespeito à decisão do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Mas há outras. São até agora 11 ações aguardando julgamento só no Supremo Tribunal Federal (STF). Pareceres, recomendações e ações tramitam em diversos tribunais do Brasil. Ainda assim, o Governo Federal insiste em anunciar o início das obras, após a obtenção da Licença de Instalação (LI), concedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), órgão do próprio executivo federal.

A LI é responsável por um dos embates jurídicos em torno do projeto. O procurador da República, Francisco Guilherme Vollstedt, emitiu recomendação no dia 20 de março deste ano requisitando ao presidente do Ibama, Marcus Luiz Barros, a não expedição da Licença. Porém, mesmo com essa recomendação, a Licença foi

Os autores da Ação afirmam que existem diversas ilegalidades no projeto, tais como a violação da competência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e do Plano Diretor de Recursos Hídricos, a falta de provas na argumentação da União, a não observância dos limites das outorgas de consumo concedidas, as falhas do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), a total falta de sustentabilidade da obra, a ausência de pacto federativo para a transposição, dentre outras irregularidades, que constam em um documento de 165 páginas.

## Por cima da Constituição

O artigo 225 da Constituição Federal diz que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o



*Decisões do Governo Federal ignoram que qualquer interferência em uma bacia hidrográfica tem implicações no todo*

dada, pelo Ibama, no dia 23 de março, o que permitia o início das obras.

Mas foi da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Sergipe (OAB/SE) que vieram as denúncias mais importantes. A OAB, juntamente com a Central Única dos Trabalhadores do Estado de Sergipe e a Pastoral Social da Arquidiocese de Aracaju, abriu uma Ação Cível Originária (ACO 1003) contra o projeto de transposição no Supremo Tribunal Federal. Na ação, a OAB requer que a União, o Ibama e a Agência Nacional de Águas (ANA) paralizem imediatamente a implementação do projeto.

dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. A ex-coordenadora interestadual das Promotorias de Justiça do São Francisco, Luciana Khouri, afirma, entretanto, que há um perigo concreto de dano ambiental na obra. “Considero o projeto ilegal. Ele viola as normas ambientais, as normas de recursos hídricos e a Constituição Federal”, diz.

A Lei 9.433/97, do Governo Federal, criou o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, regulamentando o inciso XIX do art. 21 da Constituição. Essa lei estabelece a gestão compartilhada dos recursos hídricos e cria os Comitês de

"SE O PROJETO FOSSE REALMENTE PARA ATENDER POBRES SEDENTOS NÃO HAVERIA O MEDO DO DIÁLOGO" - PROMOTOR EDUARDO MATOS

Foto: João Zinckar



Bacia. O Comitê da Bacia do São Francisco aprovou a retirada no Eixo Leste, desde que exclusivamente e comprovadamente destinado à dessedentação humana e animal. Em outubro de 2003, o vice-presidente José Alencar afirmou na Assembléia Legislativa de Minas Gerais: “se o Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco desaprovou o projeto de transposição e revitalização, este não acontecerá”. A decisão, entretanto, foi desconsiderada.

A lei também estabelece que em situação de escassez emergencial de água, esse recurso deverá ser usado prioritariamente para o consumo humano e para a dessedentação de animais. O próprio governo reconhece que a água é um recurso escasso na região, mas mesmo assim, segundo o Ministério da Integração, 70% da água transposta iria para irrigação, 26% para uso urbano-industrial e apenas 4% para consumo humano da população das caatingas, em nome da qual se quer justificar a obra.

O destino dessas águas é responsável por outro capítulo das incoerências. De acordo com o Plano Diretor da bacia do São Francisco, podem ser retirados do rio até 360m<sup>3</sup>/s de água. Desse total, 335m<sup>3</sup>/s já foram outorgados. Ainda que parte dessas outorgas não esteja sendo de fato utilizada, há projetos de irrigação na própria bacia do São Francisco, como o Jaíba, com previsão de ampliação. Além disso, grande quantidade de água é retirada da bacia sem nenhuma outorga. Ao contrário do que afirma o governo, a retirada de água em um ponto da bacia prejudica sim os demais pois a transposição limitará a possibilidade de outorga para o uso das águas no São Francisco em toda a bacia.

### O julgamento do Supremo

Em 18 de dezembro de 2006, 10 ações foram revogadas por um único ministro do STF: Sepúlveda Pertence. “Não tendo sido comprovado o início de qualquer ato modificador do meio ambiente, antes da necessária concessão de Licença de Instalação, e do que consta das informações prestadas pelas rés, entendo inexistentes os seus requisitos e indefiro os pedidos de liminar”, afirmou o relator do processo, ministro Sepúlveda Pertence.

Parece que, no entanto, nem tudo está perdido e que o Supremo ainda terá muito trabalho pela frente. No dia 12 de fevereiro, o procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, apresentou recurso ao STF pedindo a suspensão da licença ambiental para a obra de transposição do São Francisco. Segundo o documento, “não obstante extensa e bem articulada, o agravante, respectivamente, discorda da fundamentação que apóia a decisão impugnada, especialmente a propósito da concessão de Licença Prévia, sem a demonstração de que foram observadas todas as exigências legais, e, diante da importância e gravidade da questão no que diz respeito à

tutela do meio ambiente, considera necessário que o tema seja enfrentado pelo Plenário dessa Corte Suprema.” A diretora do gabinete do Ministro Sepúlveda, Regina Maria Perente Vives, afirma que ainda não há data para os processos serem julgados pela Corte.

### Congresso Nacional

No dia 23 de março deste ano, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados instalou uma Subcomissão Especial destinada a acompanhar questões relacionadas ao rio São Francisco. O presidente da subcomissão, deputado Iran Barbosa (PT-SE) afirma: “se nós identificarmos algum tipo de inconsistência jurídica no projeto nós podemos interromper o processo de transposição. É o caso da questão indígena”. Ele fala sobre o artigo 231 da Constituição Federal que garante que “o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei”.

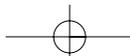
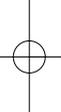
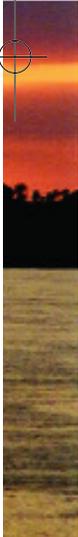
### No país da corrupção...

“O que está por traz dessa obra é o interesse das grandes empreiteiras”, afirma o vice-presidente da OAB-SE, Valmir Araújo. A operação Navalha deflagrada no dia 17 de maio deste ano pela Polícia Federal desmontou um esquema de desvio de recursos públicos para realização de obras em nove estados e no Distrito Federal. Um esquema que fraudava licitações para beneficiar a empreiteira baiana Gautama. A Construtora estava pré-qualificada para disputar o contrato das obras de transposição do Rio São Francisco.

“A Gautama já entrou no circuito das obras de transposição. É necessário parar todo o processo para que tudo seja investigado em função do grande volume de recursos públicos em jogo”, defende o presidente da OAB-SE, Henri Clay. “Se o projeto fosse realmente para atender pobres sedentos não haveria o medo do diálogo e nem a resistência para acatar sugestões. A grande pergunta é quem serão os beneficiados”, indaga o promotor Eduardo Matos, professor de Direito Ambiental na Universidade Federal de Sergipe. ✎



FOTO: JOÃO ZINCLAR



# Revitalização como moeda de troca

Governo promete revitalização, mas deixa dúvidas sobre como será feita e em que prazo

A realidade do semi-árido, as alternativas, as ilusões. Na avalanche de informações sobre a transposição do rio São Francisco, o que não faltam são argumentos, dúvidas e questionamentos. E se de fato o rio vai ser transposto, se haverá uma população beneficiada, um “detalhe” passa como se fosse consenso: a revitalização do Velho Chico. O Governo afirma com orgulho que atenderá ao grande apelo dos ambientalistas. Se ninguém questiona a importância de se revitalizar um rio com o qual se pretende “levar água para doze milhões de pessoas”, há dúvidas sim sobre a real possibilidade de se fazer essa revitalização, os prazos, os custos e, sobretudo, as intenções. Outro detalhe também passa despercebido: não se fala na revitalização dos rios e açudes que receberão as águas da transposição e que, assim como o Velho Chico, também sofrem com a degradação.

Segundo o geógrafo e pesquisador da Universidade de São Paulo, Aziz Ab'Saber, há um erro no conceito de revitalização proposto pelo Governo Federal. Em entrevista ao site do pesquisador João Suassuna, em novembro de 2006, o pesquisador explicou que “a ‘revitalização’ de um rio desse tamanho [2.800 mil km], que recebe poluição de numerosas cidades e depois recebe a poluição da região industrial sidero-metalúrgica de Belo Horizonte, é algo extremamente difícil, não pode ser feita em dez, quinze ou vinte anos. Quando dizem que, ‘primeiro vamos fazer a revitalização e depois a transposição’, dizem isso sem nenhuma noção de tempo e de dificuldades”.

## De dois a vinte anos

Ao longo da bacia de aproxima-

damente 640 mil km<sup>2</sup>, existem 503 municípios e uma população de cerca de 14 milhões de pessoas. O rio da integração nacional passa por cinco estados e muitos problemas. A indústria da seca prospera, enquanto muitos ambientalistas alertam para a morte do Velho Chico. Ainda assim, entre 1985 e 2000, foram apresentados vários projetos de transposição que previam apenas a captação de água do São Francisco. Finalmente em 2000, o Ministério da Integração Nacional apresenta o “Plano de Revitalização do Rio São Francisco”. O projeto, que ficou a cargo do Ministério do Meio Ambiente, previa oito linhas de ações e teria a duração de apenas dois anos. Em 2004, o plano passou por mudanças e foi incluído no Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal de 2004/2007. As oito linhas de ação caíram para cinco e passaram a ser pensadas em conjunto com o Plano Diretor do São Francisco, feito pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do rio São Francisco (CBH-SF). O tempo das obras passou a ser de vinte anos. Entre as obras planejadas, estão o monitoramento da qualidade da água e a recuperação de matas ciliares. No plano, muitos dos prazos das obras expiraram em 2004, mas onde está a revitalização?

A secretária executiva do CBH-SF, Yvonilde Medeiros, afirma: “no Programa temos as diretrizes, mas a ação nunca aconteceu de fato. Acabou sendo uma coleção de oficinas, reuniões e projetos que pouco ou nada foram implementados”. Yvonilde Medeiros explica que faltou uma estrutura condizente com a dimensão do programa de revita-

lização. E sobre a falta dessa estrutura, a secretária executiva atribui a falta de vontade política.

## Saneamento não é tudo

O presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (MG) e coordenador do Projeto Manuelzão (UFMG), Apolo Heringer Lisboa, avalia que “o Governo Federal vê a revitalização como uma compensação para que o projeto de transposição aconteça. Em troca do projeto, o Governo promete um tanto de obras, pois é isso o que querem, por diversos motivos, os administradores públicos”.

O ex-ministro da Integração, Ciro Gomes, afirmou em artigo publicado no jornal cearense “O Povo”, em 8 de outubro de 2005, que as obras do Programa de Revitalização do São Francisco já haviam começado. Se-

FOTO: JOÃO ZINCLAR



"QUANDO DIZEM QUE, 'PRIMEIRO VAMOS FAZER A REVITALIZAÇÃO E DEPOIS A TRANSPOSIÇÃO', DIZEM ISSO SEM NENHUMA NOÇÃO DE TEMPO E DE DIFICULDADES" - GEÓGRAFO AZIZ AB'SABER

FOTO: JOÃO ZINCLAR



gundo Ciro Gomes, em 2005, o Ministério da Integração Nacional investiu R\$ 68 milhões em projetos de tratamento de esgoto em 21 cidades, entre as quais Salgueiro, Cabrobó, Bom Jesus da Lapa e Pirapora. A secretária do CBH-SF, engenheira Yvonilde Medeiros, chama a atenção de que “é lógico que o saneamento ajuda, mas isso não é revitalização. Isso é uma atividade inerente ao Governo, não deveria estar dentro do Programa”. O coordenador do CBH-Velhas, Apolo Heringer Lisboa, completa que chamar a revitalização de saneamento é limitar o seu conceito. Yvonilde Medeiros ainda afirma que “qualquer que seja a obra ou ação dentro da bacia do São Francisco ela é jogada dentro do projeto de transposição para que seja apenas mais um número. É isso o que se vê de revitalização”.

Outras críticas ainda são feitas ao Programa de Revitalização. Segundo Apolo Heringer, o programa não tra-

A experiência dos trabalhos pela revitalização do Rio das Velhas, afluente do São Francisco, mostram que a revitalização está longe de ser uma tarefa simples.

O Projeto Manuelzão, da Universidade Federal de Minas Gerais, lançou em 2003 a Meta de Navegar, Pescar e Nadar no Rio das Velhas até 2010. Um terço da população do São Francisco habita a bacia do Rio das Velhas. O Comitê da Bacia do Velhas aprovou seu Plano Diretor, que traçou um diagnóstico da bacia e as ações necessárias a sua revitalização. E não se trata de colocar máquinas no rio ou simplesmente plantar árvores em suas margens.

A principal ação inclui, sim, a retirada dos esgotos, mas não é uma ação que se faz do dia para a noite. Belo Horizonte e Contagem, responsáveis pela maior parte da poluição que chega ao Velhas, já têm estrutura para tratar seus esgotos, mas parte deles ainda não chega às estações. Essa primeira prioridade revela outras. É preciso investir

Foto: JOÃO ZINCLAR



balha com a visão de bacia, não foram definidos os epicentros de poluição e nem há projetos concretos: “até barragens são obras de revitalização para eles. As ações ficam isoladas como uma colcha de retalhos”, explica. Yvonilde Medeiros aponta outra grave falha. Na elaboração do Programa de Revitalização, o CBH-SF não participou das decisões. Mesmo tendo o poder deliberativo instituído pela Lei Federal 9.433/97, no momento da execução do Programa o Comitê participou apenas como mais uma ONG.

#### **Não é obra de engenharia**

Em cartilha publicada sobre a transposição, o Governo Federal ilustra por meio de uma história em quadrinhos como será a revitalização: um rio ainda poluído ganhará vida por meio de plantio de árvores em suas margens e por meio da retirada da sujeira do leito, com um trator.

em infra-estrutura, em educação ambiental, em pesquisas. A revitalização do Velhas está estimada em dois bilhões de reais, dos quais um bilhão já foram garantidos. De 2004 a 2006, o Governo Federal gastou na revitalização do São Francisco 194,6 milhões de reais e tem previstos no PAC um bilhão e 274 milhões de reais, ou seja, menos do que “custa” a revitalização de um de seus afluentes.

“A revitalização do São Francisco deve ser conduzida com visão integral da bacia. Precisa de foco geográfico nos pontos mais críticos, como região metropolitana de BH, e nestes focos definir minuciosamente os itens a serem conservados ou recuperados. Com esta metodologia, estaremos equacionando revitalização com racionalidade ambiental e menores custos, através de metas e sem concessões a projetos eleitorais, empresariais e regionalistas”, afirma Apolo Heringer. 🙏

**Esquerda** - despejo de esgoto no São Francisco. **Acima** - Ribeirão Arrudas, em Belo Horizonte: a espuma é resultado da poluição.



# Frases

FOTOS: ARQUIVO PESSOAL



“O presidente assinou um documento afirmando que abriria um diálogo sobre alternativas à transposição e não cumpriu com sua palavra. Ele mentiu para o Brasil e demonstrou a falta de seriedade desse governo com o povo, nos empurrando um projeto goela abaixo, numa total falta de respeito”

Dom Frei Luiz Flávio Cappio, 10/06/07,  
Jornal O Tempo



FOTOS: ARQUIVO PESSOAL

“Uma análise acurada mostra que o projeto está bastante descolado da realidade da região, pois, não leva em consideração a existência, em praticamente todos os estados, de uma importante infra-estrutura hídrica ociosa”.

João Abner Guimarães Jr, Prof. Dr de Hidrologia e Irrigação da UFRN

“O governo acena com assentamento de reforma agrária ao longo dos canais da transposição. É um presente de grego. Ali o cristalino está à flor da terra. Em outros termos, é pura pedra, salvo pequenas manchas férteis”.

Roberto Malvezzi, Gogó  
Agente Pastoral da Comissão Pastoral da Terra (CPT)

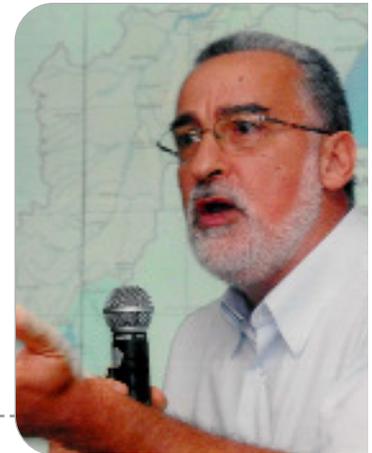
FOTO: PROJETO MANUELZÃO



“O Brasil não pode aceitar esse pseudodemocratismo como se quer agora. Um governo de quatro anos que passa três discutindo uma obra que precisa de dois, pelo menos, para executar... Não é razoável que se acuse o governo. Eu, pelo contrário, que sou funcionário, num estilo meu essa discussão teria se encerrado já lá atrás”.

Ciro Gomes, 03/11/2005, site Observatório da Imprensa

FOTOS: ARQUIVO PESSOAL



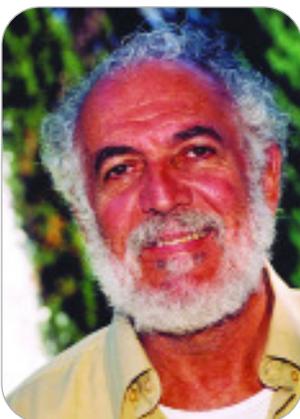
“Na verdade, esse projeto foi montado e estruturado e vem sendo impulsionado tendo em vista um programa eleitoral. Daí a urgência do ministro Ciro Gomes em começar logo isso. O que está na frente é o programa da eleição presidencial. Eu lanço esse apelo ao próprio presidente da República. Ele tem que rever isso.”

Jornalista Marco Antônio Coelho, 03/11/2005,  
site Observatório da Imprensa

“A população difusa do Nordeste, aquela que reside nos pés de serra, grotões, sítios e fazendas, a qual é assistida sistematicamente por frotas de carros-pipa, esta não verá uma gota sequer das águas do rio São Francisco. Nesse sentido, existem fortes indícios de que a realização do projeto possa perpetuar a chamada Indústria da Seca na região”.

João Suassuna, engenheiro agrônomo e técnico em recursos hídricos da Fundação Joaquim Nabuco

FOTO: WAGNER ZIEGELMEYER

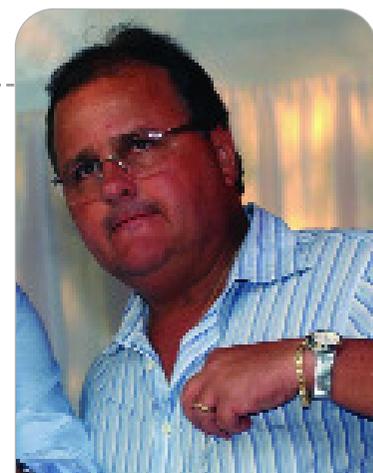


“A transposição não vai começar; se começar não vai continuar; se continuar não vai terminar; se terminar não vai funcionar. Trata-se de uma grande mentira”.

Apolo Heringer Lisboa, Projeto Manuelzão/UFGM

“O caminho está livre. Não existe mais uma discussão de fazer ou não. Nós vamos fazer a obra porque essa é uma determinação do presidente da República.”

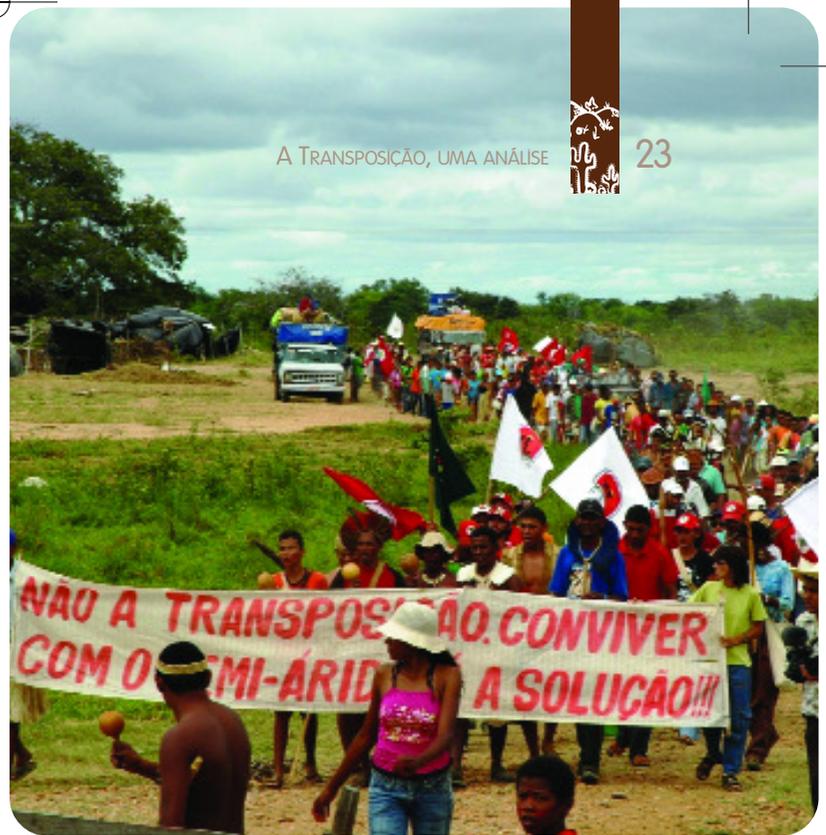
Geddel Vieira Lima, atual ministro da Integração Nacional, 17/05/07, programa “Bom Dia Ministro”, transmitido pela Radiobras



FOTOS: FÁBIO POZZBOM/ABR

# Sem resposta

Lendo esta publicação, você acredita que os pesquisadores (hidrólogos, geólogos, biólogos, etc) ouvidos para as reportagens, assim como representantes da Ordem dos Advogados do Brasil desconhecem os argumentos que utilizam? Pode as organizações em defesa das populações pobres e da justa utilização dos recursos naturais (como Pastoral da Terra, Projeto Manuelzão, Articulação no Semi-Árido) ou mesmo os povos indígenas estarem interessados em promover grandes grupos de agronegócio? Afinal, qual o interesse de Ciro Gomes e do Governo Federal em fazer estas acusações e dar início a esta obra que não vai solucionar os problemas de quem convive com a seca?



Tribos indígenas e movimentos sociais ocuparam Cabrobró no final de junho e foram retirados pela polícia no início de julho

# Mais informações

**Agência Nacional das Águas:** [www.ana.gov.br](http://www.ana.gov.br)

No menu à direita, entrada para uma página com informações sobre o *Atlas Nordeste*, portfólio de projetos para combate à seca nas áreas urbanas em municípios com mais de 5 mil habitantes em todo semi-árido brasileiro.

**Articulação no Semi-Árido Brasileiro:** [www.asabrasil.org.br](http://www.asabrasil.org.br)

Reúne informações sobre o Semi-Árido Brasileiro e sobre iniciativas como o programa *Um Milhão de Cisternas Rurais*.

**Banco Mundial:** [www.bancomundial.org.br](http://www.bancomundial.org.br)

Entre em "Temas" no menu superior, depois, à esquerda, em "O Banco Mundial e o setor de água no Brasil". Em seguida localize a *Série de publicações Água Brasil*. Atenção especial para o capítulo 7: *Transferência de água entre Bacias Hidrográficas*.

**Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco:**

[www.cbhsaofrancisco.org.br](http://www.cbhsaofrancisco.org.br)

Nele estão informações sobre o Comitê e a bacia do São Francisco, além de estudos, declarações e deliberações sobre a transposição.

**Ecodebate:** [www.ecodebate.com.br](http://www.ecodebate.com.br)

Disponibiliza notícias sobre meio ambiente.

**Fundação Joaquim Nabuco:** [www.fundaj.gov.br](http://www.fundaj.gov.br)

Instituição ligada ao Governo Federal que tem por objetivo, dentre outras coisas, promover atividades científicas e culturais, visando à compreensão e ao desenvolvimento da sociedade brasileira, prioritariamente a do Norte e do Nordeste do país.

**João Suassuna:** [www.joaosuassuna.hpg.ig.com.br](http://www.joaosuassuna.hpg.ig.com.br)

Site pessoal do pesquisador. Contém estudos e artigos sobre vegetação, pecuária, sistemas de produção e recursos hídricos da realidade nordestina.

**Ministério da Integração Nacional:** [www.mi.gov.br](http://www.mi.gov.br)

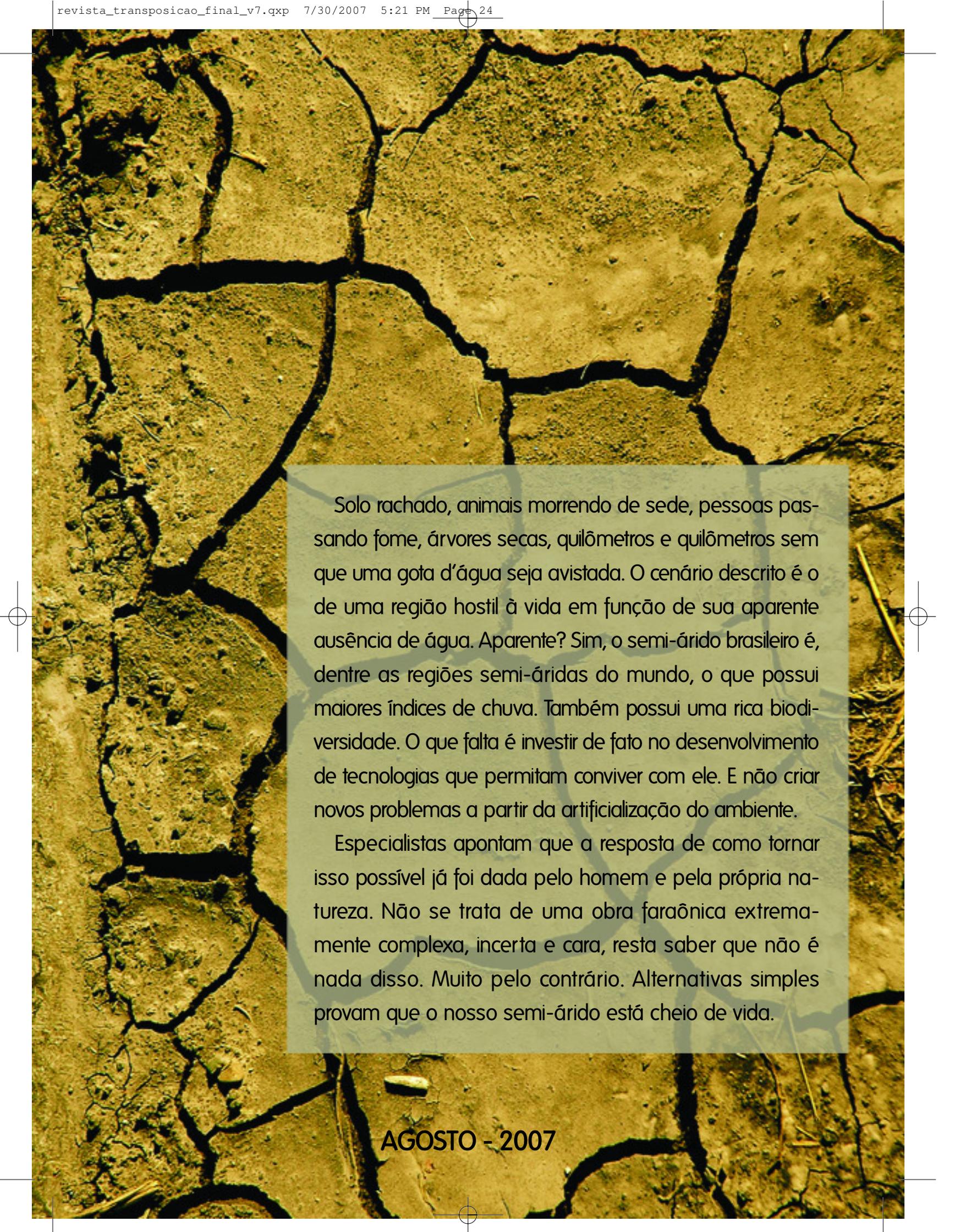
Em "Destaques", coluna à direita, entre em "Projeto São Francisco". Veja o *Relatório de Impacto Ambiental* da obra (formato PDF).

**Projeto Manuelzão:** [www.manuelzao.ufmg.br](http://www.manuelzao.ufmg.br)

Disponibiliza artigos sobre a transposição e informações sobre a Meta 2010, que propõe o objetivo de navegar, pescar e nadar no Rio das Velhas, afluente do São Francisco, na região metropolitana de Belo Horizonte até o ano de 2010.

**Uma vida pela vida:** [www.umavidapelavida.com.br](http://www.umavidapelavida.com.br)

Site do Frei Luiz Cappio, que fez greve de fome contra a transposição. Contem informações e artigos sobre o tema.



Solo rachado, animais morrendo de sede, pessoas passando fome, árvores secas, quilômetros e quilômetros sem que uma gota d'água seja avistada. O cenário descrito é o de uma região hostil à vida em função de sua aparente ausência de água. Aparente? Sim, o semi-árido brasileiro é, dentre as regiões semi-áridas do mundo, o que possui maiores índices de chuva. Também possui uma rica biodiversidade. O que falta é investir de fato no desenvolvimento de tecnologias que permitam conviver com ele. E não criar novos problemas a partir da artificialização do ambiente.

Especialistas apontam que a resposta de como tornar isso possível já foi dada pelo homem e pela própria natureza. Não se trata de uma obra faraônica extremamente complexa, incerta e cara, resta saber que não é nada disso. Muito pelo contrário. Alternativas simples provam que o nosso semi-árido está cheio de vida.